

Ferrovia Transnordestina Logística S/A - FTL.

**Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao
exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Padre Carapuceiro, 752 - 6º andar, Sala Boa Viagem, Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL - Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 57.072 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 37.751 mil. Esses eventos ou condições, em conjunto com outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, parte relacionada controladora da Companhia, respectivamente, representadas principalmente por contratos de mútuo e de cessão de créditos, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas empresas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Nota Explicativa nº 10.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

O imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia, sobre o qual, em períodos anteriores, a Administração identificou indicadores de sua não recuperabilidade, e assim, procedeu com os testes de recuperabilidade destes ativos, que confirmaram esta questão, resultando no registro de uma provisão para redução ao valor recuperável que em 31 de dezembro de 2019, foi estimada no montante de R\$ 279.296 mil.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como estimativa de taxas de crescimento, de margens operacionais, dos fluxos de caixa futuros e das taxas de descontos desses fluxos de caixas. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas que são a base para o reconhecimento da provisão para não recuperabilidade, bem como o fato de qualquer mudança nas estimativas poderá impactar de forma relevante o montante desses ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto novamente significativo no exercício corrente para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliações e entendimentos dos processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa futuros incluídas no teste de recuperabilidade preparado pela Companhia;
- Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas avaliamos as projeções e avaliação econômicas e financeiras, a metodologia de cálculo, as premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de recuperabilidade. Comparamos informações externas com expectativas de mercado, bem como efetuamos a comparação das informações internas com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Revisamos a taxa de desconto utilizada no modelo utilizado pela Companhia para validar os fluxos de caixas das operações;
- Desafiamos as premissas utilizadas pela Administração da Companhia, no sentido de verificar se estariam adequadas e alinhadas com a atividade econômica na região e seus orçamentos;
- Discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e esclarecimentos quanto a determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas;
- Verificamos a razoabilidade das divulgações efetuada pela Companhia.

Com base na abordagem de auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade e a divulgação das estimativas relacionadas com o valor recuperável do ativo imobilizado, foram adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as e as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 18 de março de 2020



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A. (TLSA) e em dezembro de 2013 ocorreu a cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) e Transnordestina Logística S.A. (TLSA).

1. Contexto Operacional

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (FTL) é uma Companhia registrada na CVM e tem sua sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia é controlada direta da Companhia Siderúrgica Nacional S.A. (CSN) que detém 92,38% do seu capital social, seguida pela empresa Taquari Participações S.A detentora de 7,62%.

Na sua área geográfica de atuação, a FTL é prestadora de serviços relevantes no setor de logística de carga geral, com ênfase no transporte ferroviário de granéis líquidos e granéis sólidos, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas estão com tráfego suspenso e em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Atualmente, a FTL conta com sete terminais multimodais operacionais, incluindo os importantes terminais de Itaqui (São Luís/MA), Pecém (São Gonçalo do Amarante/CE) e Mucuripe (Fortaleza/CE), locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados de 2019.

As demonstrações financeiras foram examinadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Para o exercício de 2019 na FTL, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 158,2 milhões;
- Receita Bruta Ferroviária de R\$ 98,3 milhões;
- Receita Líquida de R\$ 128,4 milhões;
- Em relação à TKU (tonelada útil por quilômetro) realizamos no ano 555 milhões;
- Quanto à TU (tonelada útil) transportada, o volume realizado foi de 2.223 mil toneladas;
- A Receita de Direito de Passagem atingiu R\$ 54,8 milhões, comparado com o ano de 2018, que totalizou R\$ 47,8 milhões, houve um crescimento de 15%;
- As Receitas Alternativas somaram R\$ 5,1 milhões;
- Destaque para a realização do EBITDA Ajustado positivo em 2019 de R\$ 12,3 milhões.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2019 totalizou R\$ 158.236 mil, para um total de 554.532 mil TKU e 2.223 mil TU. Os segmentos de Combustível e Construção foram os que mais se destacaram, tendo sido responsáveis por 84% da TKU transportada. No mesmo período em 2018 a Receita Bruta totalizou R\$ 153.116 mil o que representa um aumento de 3%.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), apresentou um crescimento de 8%, passando de R\$ 163,72 em 2018 para R\$ 177,30 em 2019.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

Em relação à receita faturada, os segmentos que tiveram o maior volume de receita em 2019 foram Combustível e Construção que juntos totalizaram 81% do total da receita bruta ferroviária, os mesmos apresentaram crescimento nominais devido, principalmente, ao crescimento no preço médio dos produtos transportados.

No segmento de Combustível são transportados óleo diesel e gasolina, que em 2019 totalizaram 251.832 mil TKU (273.023 mil TKU em 2018). A Receita Operacional Bruta (ROB) para este segmento foi de R\$ 55.677 mil (R\$ 54.456 mil em 2018), que representa um aumento de 2%.

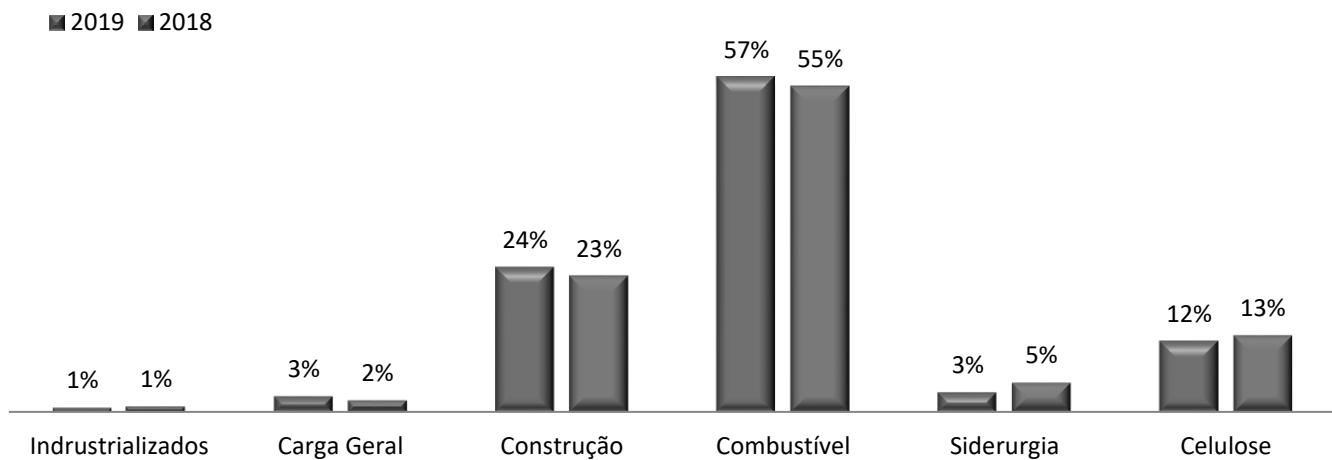
O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento, coque, clínquer e escória granulada de alto forno. Em 2019 esse segmento movimentou 215.257 mil TKU (222.641 mil TKU em 2018). A ROB deste segmento foi de R\$ 23.984 mil (R\$ 23.244 mil em 2018), tendo um aumento de 3%.

O segmento de Celulose em 2019 movimentou 6.117 mil TKU (8.135 mil TKU em 2018). A ROB para este segmento foi de R\$ 11.850 mil (R\$ 12.981 mil em 2018), representando uma redução de 9%.

O transporte no segmento de Siderurgia em 2019 movimentou 33.129 mil TKU (59.365 mil TKU em 2018), representando uma receita de R\$ 3.297 mil em 2019 (R\$ 5.354 em 2018), assim, este segmento demonstrou uma variação negativa de 38% devido a mudança no Mix de produtos transportados no ano.

O segmento de Carga Geral que faz o transporte de container, pallet, adubos e fertilizantes movimentou em 2019 41.533 mil TKU (33.524 mil TKU em 2018) e uma ROB de R\$ 2.752 mil enquanto que em 2018 totalizou R\$ 2.268 mil, que representa um aumento de 21% devido uma maior demanda no transporte de container.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



CUSTOS

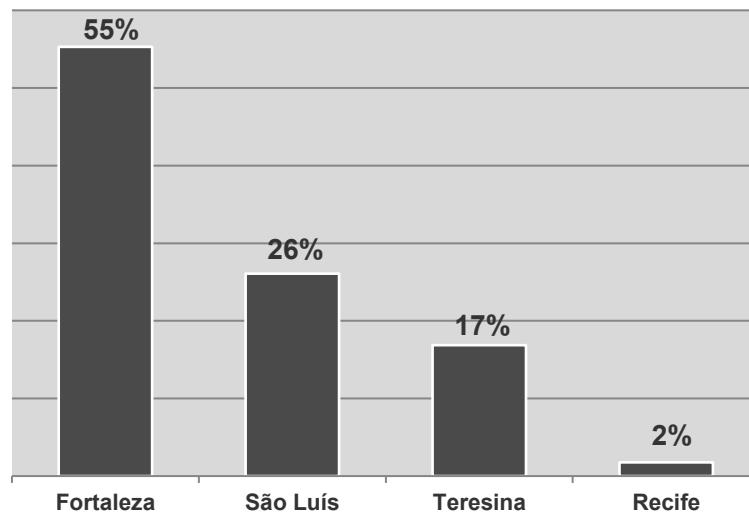
O custo do serviço prestado (CSP) sem depreciação totalizou R\$ 99.842 mil em 2019, o que representa um aumento de 5,8% comparado ao ano de 2018 que totalizou R\$ 94.348 mil.

INVESTIMENTOS

A FTL continua firme no propósito de recuperar a malha ferroviária através de investimentos. Em 2019 foi desembolsado em investimento para a continuidade do plano de recuperação da malha o total de R\$ 79 milhões. Este montante foi aplicado, principalmente, na recuperação de superestrutura da Via Permanente através da aplicação de dormentes e brita para lastro, além do reforço e recuperação de obras de arte. Em relação aos investimentos em máquinas e equipamentos, houve a revitalização de locomotivas e vagões que totalizaram R\$ 24 milhões.

PESSOAL

Total 1.033 Colaboradores



Em dezembro de 2019 a empresa conta com 1.033 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima. Em 2018 esse número foi de 1.008 colaboradores.

DESEMPENHO FINANCEIRO



Em R\$ mil	2019	2018
Prejuízo do Período	(57.072)	(39.124)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	5.624	3.590
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	48.597	38.066
LAJIDA (EBITDA)	(2.851)	2.532
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	15.159	9.144
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	12.308	11.676

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 12.308 mil positivos em 2019. No mesmo período de 2018 o EBITDA ajustado foi de R\$ 11.676 mil positivos.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R\$ 13.709 mil negativos em 2019 incluída a depreciação. No mesmo período de 2018 o Lucro Bruto foi de R\$ 2.693 mil negativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

A contratação dos auditores independentes foi aprovada por nosso conselho de administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se exclusivamente à revisão das informações trimetais e auditoria das demonstrações financeiras anuais.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa			PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa		
		31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.810	5.842	Fornecedores	11	16.873	16.527
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	7.676	10.336	Empréstimos e financiamentos	12	6.903	16.928
Estoques	6	18.105	8.719	Impostos e contribuições a recolher		11.944	9.581
Impostos a recuperar	7	7.239	9.545	Adiantamento de clientes	13	9.690	7.206
Despesas antecipadas	8	1.534	1.983	Arrendamentos a pagar	14	8.121	2.629
Outras contas a receber		1.607	1.755	Partes relacionadas	9	-	13.652
Total dos ativos circulantes		57.971	38.180	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	30.608	24.199
				Outras contas a pagar	16	11.583	13.462
				Total dos passivos circulantes		95.722	104.184
NÃO CIRCULANTES							
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	2.338	3.706	NÃO CIRCULANTES			
Depósitos judiciais	15	25.232	21.206	Empréstimos e financiamentos	12	-	6.861
Partes relacionadas	9	101.551	132.821	Partes relacionadas	9	97.352	-
Impostos a recuperar	7	13.066	12.764	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	1.882	3.415
Imobilizado	10	272.072	227.119	Adiantamento de clientes	13	3.238	5.079
Direito de uso	10	63.816	-	Arrendamentos a pagar	14	60.025	-
Intangível	10	1.555	2.093	Adiantamento para futuro aumento do capital	9	3.756	13.322
Total dos ativos não circulantes		479.630	399.709	Outras contas a pagar	16	1.533	1.533
				Total dos passivos não circulantes		167.786	30.210
TOTAL DOS ATIVOS							
		<u>537.601</u>	<u>437.889</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>537.601</u>	<u>437.889</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA	18	128.445	123.364
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	<u>(142.154)</u>	<u>(126.057)</u>
PREJUÍZO BRUTO		<u>(13.709)</u>	<u>(2.693)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	19	(16.858)	(15.465)
Despesas com vendas	19	(1.398)	(3.828)
Outras receitas e despesas operacionais	19	<u>(19.483)</u>	<u>(13.548)</u>
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(51.448)</u>	<u>(35.534)</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	7.793	10.565
Despesas financeiras	20	<u>(13.417)</u>	<u>(14.155)</u>
		<u>(5.624)</u>	<u>(3.590)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO		<u>(57.072)</u>	<u>(39.124)</u>
Imposto de renda e contribuição social		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u><u>(57.072)</u></u>	<u><u>(39.124)</u></u>
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(0,1168)	(0,0843)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		430.798	(121.812)	308.986
Aumento de Capital	17	33.633	-	33.633
Prejuízo do exercício		-	(39.124)	(39.124)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>464.431</u>	<u>(160.936)</u>	<u>303.495</u>
Aumento de Capital	17	27.670	-	27.670
Prejuízo do exercício		-	(57.072)	(57.072)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>492.101</u>	<u>(218.008)</u>	<u>274.093</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(57.072)	(39.124)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10	48.597	38.066
Variações monetárias e juros - líquido		(3.561)	(7.185)
Juros sobre arrendamentos a pagar	14	4.609	6.597
Provisão para contingências	15	8.191	2.016
Apropriação de adiantamentos de receitas		(830)	(762)
Apropriação de seguros		2.338	1.791
Baixa de custo de transação de empréstimo	12	74	3
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	19	129	2.574
Perdas estimadas em estoques	6	463	664
Resultado na baixa de ativo imobilizado	10	196	-
Baixas de impostos a recuperar		6.690	2.891
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		2.194	(5.128)
Estoques		(9.849)	(3.204)
Depósitos judiciais		(7.341)	(2.617)
Impostos a recuperar		(3.058)	(4.156)
Outras contas a receber		148	(331)
Despesas antecipadas		(1.889)	(1.493)
Partes relacionadas		14.572	36.650
Fornecedores		(6.116)	(5.380)
Adiantamento de clientes		1.473	522
Arrendamentos a pagar		(3.848)	(2.498)
Outras contas a pagar		(1.880)	5.178
Partes relacionadas a pagar		10.049	10.510
Impostos e contribuições a recolher		2.363	2.646
Juros pagos	12	(1.137)	(2.459)
Juros pagos sobre arrendamento	14	(5.784)	(5.790)
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(279)</u>	<u>29.981</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10 e 23	<u>(78.597)</u>	<u>(31.062)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(78.597)</u>	<u>(31.062)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	18.104	20.178
Obtenção de mútuo com controladora		95.132	-
Amortização de financiamentos com o BNDES	12	(16.967)	(17.719)
Amortização de arrendamentos		(1.425)	(1.425)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>94.844</u>	<u>1.034</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>15.968</u>	<u>(47)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		5.842	5.889
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>21.810</u>	<u>5.842</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>15.968</u>	<u>(47)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Receitas		<u>162.805</u>	<u>154.536</u>
Vendas de serviços	18	158.236	153.116
Outras receitas		4.698	3.994
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	19	(129)	(2.574)
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		<u>(77.347)</u>	<u>(66.568)</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(31.145)	(29.560)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(25.360)	(23.305)
Outras - materiais de consumo Adm/Coml e outros		(20.842)	(13.703)
Valor adicionado bruto		85.458	87.968
Depreciação, amortização e exaustão	10	(48.597)	(38.066)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		36.861	49.902
Valor adicionado recebido em transferência		<u>7.793</u>	<u>10.565</u>
Receitas financeiras	20	<u>7.793</u>	<u>10.565</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>44.654</u>	<u>60.467</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>44.654</u>	<u>60.467</u>
Pessoal		<u>53.248</u>	<u>50.658</u>
Remuneração direta		35.261	34.355
Benefícios		15.151	13.844
FGTS		2.836	2.459
Impostos, taxas e contribuições		<u>36.738</u>	<u>31.696</u>
Federais		22.454	18.103
Estaduais		10.952	10.772
Municipais		3.332	2.821
Remuneração de capitais de terceiros		<u>11.740</u>	<u>17.237</u>
Juros		9.978	12.009
Aluguéis		236	3.203
Outras		1.526	2.025
Remuneração de capitais próprios		<u>(57.072)</u>	<u>(39.124)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(57.072)</u>	<u>(39.124)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL – FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Fortaleza - CE, constituída em 29 de outubro de 2012, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Nordeste.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A – CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal – RFFSA até 2027. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luís - Mucuripe, Arrojado - Cabedelo e Macau - Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (controladora da FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da Cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidos as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato é de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA (ver nota explicativa nº 10), e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transporte. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário.

Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e estão com tráfego suspenso, se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a Companhia teria descumprido o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2013 especificamente em relação ao descumprimento da meta de produção de 2013. A ANTT tem um processo administrativo instaurado para apurar as responsabilidades e aplicar as penalidades cabíveis. Neste contexto, em 2019, a ANTT propôs à União a declaração da caducidade do Contrato de Concessão da FTL e a instauração de processo administrativo no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas – SUFER. A Companhia continua recorrendo do posicionamento da ANTT, com a expectativa que seja mantida a continuidade das suas operações.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 37.751 (R\$ 66.004 em 31 de dezembro de 2018) e prejuízo de R\$ 57.072 (R\$ 39.124 em 31 de dezembro de 2018). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses, além dos decorrentes de suas atividades operacionais, serão oriundos de adiantamentos para futuro aumento de capital-AFAC e suporte financeiro via contratos de mútuo (ver nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas).

Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente nas operações da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 18 de março de 2020.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 10 - Valor residual do ativo imobilizado, análise de recuperabilidade e mudança de vida útil; e
- Nota 15 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b) Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018 o CPC 48 foi adotado pela Companhia, sendo assim, todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática.

i. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.

Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias; i) ativos mensurados ao custo de amortização, ii) valor justo por meio do resultado, iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Custo de amortização

Os ativos mensurados ao custo de amortização dever ser mensurado se ambas as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto, a Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais, *impairment* justamente com outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo o objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativo financeiro, ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: i) instrumentos de dívida os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes”. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado, ii) instrumento de patrimônio esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em “outros resultados abrangentes” e nunca são reclassificados para o resultado.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Desreconhecimento Ativos Financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a Companhia deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro

ii. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial.

Passivo financeiro ao custo amortizado

A Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos contrato de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamento e debêntures e fornecedores.

Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são baixados apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d) Direito de uso de bens arrendados

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

e) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

g) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

i) Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras e inclui transporte ferroviário, direito de passagem e gestão patrimonial. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

j) Arrendamentos a pagar

i. Pagamentos de arrendamentos

Em conformidade com o IFRS 16/CPC 06 (R2), os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

m) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

n) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Alterações adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou, a partir 01 de janeiro de 2019, o IFRS 16 – Arrendamento mercantil, aprovado pela CVM, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamento mercantil

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Administração aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). A Companhia teve um impacto de aproximadamente R\$ 72.000 no reconhecimento inicial do direito de uso e passivos financeiros.

ICPC 22 / IFRIC 23: Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação tem como objetivo esclarecer como a Companhia deve avaliar as incertezas na contabilização dos tributos sobre o lucro quando a legislação aplicável não estiver não estiver clara.

A Companhia avaliou fatos atuais e o tratamento contábil aplicado em cada situação à luz desta interpretação, concluímos que o IFRIC 23 não traz efeitos decorrentes de posições fiscais adotadas que possam vir a ser desafiadas pelas autoridades fiscais brasileiras.

Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas e interpretações foram emitidas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2020 e 2021 e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019:

Norma	Principais pontos introduzidos pela norma	Vigência
Estrutura Conceitual para relatórios financeiros	Revisão da Estrutura Conceitual estabelecendo um conjunto abrangente de conceitos visando a orientação sobre relatórios de desempenho financeiro; melhores definições e orientações, destacando a definição de um passivo; e esclarecimento em áreas relevantes.	1º de janeiro de 2020

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	2.539	310
Aplicações financeiras	<u>19.271</u>	<u>5.532</u>
Total	<u><u>21.810</u></u>	<u><u>5.842</u></u>

O saldo de aplicações financeiras está mantido em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, remunerados por uma taxa média de 96,87% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>		
Clientes	13.052	15.015
Outros créditos - Partes relacionadas (nota nº 9)	797	1.365
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	<u>(6.173)</u>	<u>(6.044)</u>
	<u>7.676</u>	<u>10.336</u>
<u>Não circulante</u>		
TEQUIMAR	-	1.368
Crédito com a RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. (a)	<u>2.338</u>	<u>2.338</u>
	<u>2.338</u>	<u>3.706</u>
Total	<u>10.014</u>	<u>14.042</u>

- (a) Conforme contrato de concessão, as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A., serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

<u>Composição da carteira por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer e vencidos até 180 dias	9.352	12.901
De 181 a 364 dias	234	618
Acima de 365 dias	<u>6.601</u>	<u>6.567</u>
Total	<u>16.187</u>	<u>20.086</u>
<u>Movimentação da perda estimada no exercício</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	(6.044)	(3.470)
Adições no exercício	(897)	(4.197)
Reversões no exercício	768	1.623
Saldo final	<u>(6.173)</u>	<u>(6.044)</u>

Em 2018, foram revisadas as premissas utilizadas para cálculo da provisão, de acordo com o requerido pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros. A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes, aplicando a média do coeficiente de inadimplência dos últimos 12 meses sobre os títulos a vencer e vencidos até 180 dias, e o percentual de 50% e 100% do valor do título para os títulos em aberto de 180 a 360 dias e acima de 360 dias, respectivamente.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Almoxarifado	19.749	9.900
Perdas estimadas em estoques	<u>(1.644)</u>	<u>(1.181)</u>
Total	<u>18.105</u>	<u>8.719</u>

Movimentação para perdas estimadas em estoques:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo inicial	(1.181)	(517)
Adições no exercício	(611)	(664)
Reversões no exercício	148	-
Saldo final	(1.644)	(1.181)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ICMS sobre ativo imobilizado	5.171	6.876
ICMS a recuperar	10.141	8.807
Imposto de renda retido na fonte	2.502	6.465
Outros	2.491	161
Total	20.305	22.309
 Circulante	 7.239	 9.545
Não circulante	13.066	12.764

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

ICMS a recuperar

Montante composto dos valores de ICMS normal e ICMS diferencial de alíquota, de aquisições de combustíveis dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2019 estão listados a seguir:

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2019	31/12/2018
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	101.551	-	101.551	118.321
Cessão de créditos (b)	-	-	-	14.500
Outros créditos (c)	797	-	797	1.365
Total ativo	102.348	-	102.348	134.186
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (d)	-	3.756	3.756	13.322
Serviços compartilhados (e)	-	-	-	7.939
Outras contas a pagar (f)	-	-	-	5.713
Contrato de mútuo (g)	-	97.352	97.352	-
Total passivo	-	101.108	101.108	26.974
			31/12/2019	31/12/2018
Resultado				
Receitas financeiras	6.854	72	6.926	9.808
Receitas com cessão predial e material rodante	1.136	-	1.136	1.003
Juros de mútuo	-	(2.220)	(2.220)	-
Despesas com serviços compartilhados	(6.608)	-	(6.608)	(7.009)
Total resultado	1.382	(2.148)	766	3.802

- (a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros de 109,53% do CDI e IOF. Ao término do prazo para liquidação, os contratos vêm sendo postergados.
- (b) Cessão de créditos - Cessão onerosa de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL para a acionista CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 29 de novembro de 2013 foi assinado junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, com aditivo instrumental assinado em 29 de dezembro de 2015, resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R\$ 518.721 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R\$ 512.622, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R\$ 175.816, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de parcelamento permitia que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, fossem liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilizasse seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN assumiu o compromisso de pagar à Companhia o montante de R\$ 175.816, devidamente corrigido pela variação da taxa Selic. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve liquidação no montante de R\$ 14.572 e a atualização monetária acumulada no período foi de R\$ 72.

- (c) Outros créditos – Saldos a receber referente cessão predial e material rodante.
- (d) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela CSN. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 houve a adição de novos adiantamentos no montante de R\$ 18.104 e integralização de R\$ 27.670.

(e) Serviços compartilhados - Pela utilização comum da estrutura administrativa pelas companhias FTL e TLSA, foi firmado um contrato de compartilhamento de despesas, que regula a metodologia de apuração e divisão dos gastos entre elas.

(f) Outras contas a pagar - Referente a reembolso de despesas.

(g) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto às partes relacionadas possuem prazo médio de dois anos, com incidência média de juros de 130% do CDI e IOF.

b) Honorários da diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre a remuneração acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo para administradores	1.344	856

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de Depreciação/ amortização (% a.a.)	31/12/2019		31/12/2018	
		Custo	Depreciação/ amortização	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	31.364	(14.989)	16.375	12.825
Vagões e veículos	20	9.209	(2.477)	6.732	6.257
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	743.271	(307.812)	435.459	378.199
Trilhos	4	21.587	(7.299)	14.288	14.310
Dormentes	19,39	113.332	(71.411)	41.921	42.519
Equipamentos de comunicação	20	3.989	(1.832)	2.157	1.489
Lastro	3,33	15.494	(5.195)	10.299	10.302
Outras imobilizações	15	15.318	(1.849)	13.469	12.901
Total imobilizado em operação		<u>953.564</u>	<u>(412.864)</u>	<u>540.700</u>	<u>478.802</u>
Direito de uso (b)	11,11	71.965	(8.149)	63.816	-
Imobilização em andamento		10.668	-	10.668	27.613
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável		<u>(279.296)</u>	<u>-</u>	<u>(279.296)</u>	<u>(279.296)</u>
Total imobilizado		<u>756.901</u>	<u>(421.013)</u>	<u>335.888</u>	<u>227.119</u>
Intangível	20	<u>3.254</u>	<u>(1.699)</u>	<u>1.555</u>	<u>2.093</u>

(a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	31/12/2019	
	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %
Edificações	25 anos	4
Via permanente	35 anos	2,86
Veículos	5 anos	20
Locomotivas	25 anos	4
Vagões	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10
Acessórios metálicos	35 anos	2,86

(b) Refere-se a exclusivamente ao registro do Direito de uso da malha ferroviária oriundo do contrato de arrendamento, no contrato não há segregação por grupo, desta forma a administração optou por fazer o registro do direito de uso em uma única linha dentro do ativo imobilizado. As obrigações provenientes desse contrato estão registradas nas linhas de Arrendamento a pagar no passivo circulante e não circulante, conforme evidenciado na nota explicativa nº 14.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Em janeiro de 2017 a Companhia elaborou laudo técnico de revisão da vida útil para seus principais ativos, o que confirmou a aplicabilidade e aderência da resolução ANTT nº 4540, passando a serem adotadas a partir de então, as vidas úteis que resultaram da avaliação técnica da Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil dos principais bens.

Movimentação do exercício

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Transferência	Baixa	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2019
Imobilização em operação, líquido						
Máquinas e equipamentos	12.825	-	4.762	-	(1.212)	16.375
Vagões e veículos	6.257	-	785	-	(310)	6.732
Benfeitoria em propriedade arrendada	378.199	-	94.678	-	(37.418)	435.459
Trilhos	14.310	-	-	-	(22)	14.288
Dormentes	42.519	-	-	-	(598)	41.921
Equipamentos de telecomunicação	1.489	-	805	-	(137)	2.157
Lastro	10.302	-	-	-	(3)	10.299
Outras imobilizações	12.901	-	707	-	(139)	13.469
Total imobilizado em operação	<u>478.802</u>	<u>-</u>	<u>101.737</u>	<u>-</u>	<u>(39.839)</u>	<u>540.700</u>
 Direito de uso	 -	 71.965	 -	 -	 (8.149)	 63.816
Imobilização em andamento	27.613	85.059	(101.808)	(196)	-	10.668
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	<u>227.119</u>	<u>157.024</u>	<u>(71)</u>	<u>(196)</u>	<u>(47.988)</u>	<u>335.888</u>
 Intangível	 <u>2.093</u>	 <u>-</u>	 <u>71</u>	 <u>-</u>	 <u>(609)</u>	 <u>1.555</u>

	Saldo em 31/12/2017	Transferência	Adições	Depreciação/ Amortização	Saldo em 31/12/2018
Imobilização em operação, líquido					
Máquinas e equipamentos	10.136	3.447	58	(816)	12.825
Vagões e veículos	6.201	67	218	(229)	6.257
Benfeitoria em propriedade arrendada	381.907	28.331	3.035	(35.074)	378.199
Trilhos	14.450	10	-	(150)	14.310
Dormentes	43.545	50	-	(1.076)	42.519
Equipamentos de telecomunicação	1.434	144	-	(89)	1.489
Lastro	10.414	6	-	(118)	10.302
Outras imobilizações	12.833	175	-	(107)	12.901
Total imobilizado em operação	<u>480.920</u>	<u>32.230</u>	<u>3.311</u>	<u>(37.659)</u>	<u>478.802</u>
Imobilização em andamento	28.154	(33.982)	33.441	-	27.613
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	<u>229.778</u>	<u>(1.752)</u>	<u>36.752</u>	<u>(37.659)</u>	<u>227.119</u>
Intangível	<u>748</u>	<u>1.752</u>	<u>-</u>	<u>(407)</u>	<u>2.093</u>

Valor recuperável dos ativos

A cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da Malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da Malha II (remanescente na Companhia). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso.

A Companhia efetuou nova análise do valor recuperável de seus ativos ("Impairment") na data base de 31 de dezembro de 2019, conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma reversão ou perda estimada adicional ao valor já reconhecido. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM ("Capital Asset Pricing Model") que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM em uma estrutura de capital dinâmica, onde o beta alavancado flutua anualmente e os demais parâmetros permanecem fixos;
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão; e
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média anual da taxa de desconto, após impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, foi de 5,30% ao ano, resultado da utilização de WACC dinâmica que variou entre 5,09% e 5,41% ao ano durante o período projetado. As projeções de fluxo de caixa contemplaram os contratos fechados para transporte ferroviário e as expectativas de novos contratos com base nos estudos de mercado realizados. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2019, são as que seguem:

Premissas (por ano)

Receita líquida (média até 2022) - R\$	186.868
Receita líquida (média após 2022) - R\$	212.730
Taxa de desconto após impostos – WACC Post-tax (real)	5,30%

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de insumos e serviços	14.141	14.638
Seguros	21	-
Outros	2.711	1.889
Total	<u>16.873</u>	<u>16.527</u>

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Movimentação dos financiamentos no exercício:

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em	Atualização	Custo de	Amortização		Saldo em
			31/12/2018			Principal	Juros	
BNDES (a)	2019 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	23.789	1.144	74	(16.967)	(1.137)	6.903
			<u>23.789</u>	<u>1.144</u>	<u>74</u>	<u>(16.967)</u>	<u>(1.137)</u>	<u>6.903</u>
Circulante			16.928					6.903
Não circulante			6.861					-
Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em	Atualização	Custo de	Amortização		Saldo em
			31/12/2017			Principal	Juros	
BNDES (a)	2019 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	41.341	2.623	3	(17.719)	(2.459)	23.789
			<u>41.341</u>	<u>2.623</u>	<u>3</u>	<u>(17.719)</u>	<u>(2.459)</u>	<u>23.789</u>
Circulante			17.719					16.928
Não circulante			23.622					6.861

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2019 e 2020.

Cronograma de desembolsos - BNDES	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	16.928
2020	6.903	6.861
Total	<u>6.903</u>	<u>23.789</u>

13. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2019	31/12/2018
Votorantim Cimentos (a)	7.628	2.636
Petrobras Distribuidora (b)	1.790	2.204
Outros	3.510	7.445
	<u>12.928</u>	<u>12.285</u>
Circulante	9.690	7.206
Não circulante	3.238	5.079

(a) Adiantamentos para reforma de vagões de transporte de cimento.

(b) Adiantamentos para operacionalização do transporte de combustível.

14. ARRENDAMENTOS A PAGAR

Referem-se aos saldos de arrendamentos pagar da malha ferroviária. O valor registrado está a valor presente, foi aplicada a taxa implícita no contrato de arrendamento (6,75% a.a.). As amortizações do contrato são realizadas trimestralmente e o contrato está em vigor até 31 dezembro de 2027. Abaixo, seguem apresentados os saldos de Arrendamentos a pagar, segregados entre circulante e não circulante, em conjunto com o escalonamento dos mesmos até 2027.

	31/12/2019	31/12/2018
2019	-	2.629
2020	8.121	-
2021	8.707	-
2022	7.224	-
2023 a 2027	<u>44.094</u>	-
	<u>68.146</u>	<u>2.629</u>
 Circulante	8.121	2.629
Não circulante	60.025	-
 Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.629	
Amortização principal	(1.425)	
Juros pagos	(5.784)	
Adições	70.167	
Juros provisionados	4.609	
Reversões	(2.050)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>68.146</u>	

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

15.1 Ações de Risco Provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Depósito judicial (e)	Líquido	Líquido	
Cíveis (a)	10.234	(56)	10.178	9.148
Trabalhistas (b)	20.374	(10.792)	9.582	5.564
Tributárias (c)	1.108	(129)	979	931
Previdenciárias	-	-	-	1.581
Ativos da RFFSA (d)	<u>774</u>	<u>-</u>	<u>774</u>	<u>774</u>
	<u>32.490</u>	<u>(10.977)</u>	<u>21.513</u>	<u>17.998</u>

(a) Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais.

(b) Contingências trabalhistas

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

(c) Contingências tributárias

Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

(d) Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face a eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. A provisão é realizada considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados.

(e) Adicionalmente aos depósitos judiciais no valor de R\$ 10.977, existe um valor de R\$ 14.255 referente a recolhimento em juízo do ISS de serviço de direito de passagem no município de São Luís. Constituindo assim um saldo de depósitos judiciais de R\$ 25.232.

Movimentação das provisões no exercício:

	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>Saldo em 31/12/2019</u>
Cíveis	9.204	6.337	(4.211)	(1.096)	10.234
Trabalhistas	14.995	13.415	(5.817)	(2.219)	20.374
Tributárias	1.060	48	-	-	1.108
Previdenciárias	1.581	11	(1.592)	-	-
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	27.614	19.811	(11.620)	(3.315)	32.490
 Circulante	 24.199				 30.608
Não circulante	3.415				1.882

	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Utilização</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Cíveis	8.374	1.765	(935)	-	9.204
Trabalhistas	18.164	7.170	(6.107)	(4.232)	14.995
Tributárias	1.013	51	(4)	-	1.060
Previdenciárias	1.505	76	-	-	1.581
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	29.830	9.062	(7.046)	(4.232)	27.614
 Circulante	 26.538				 24.199
Não Circulante	3.292				3.415

15.2 Ações de Risco Possível

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 176.537 (R\$ 112.122 em 31 de dezembro de 2018) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Quadro resumo dos processos avaliados como de risco possível:

Natureza da ação	Quantidade	Valor do risco possível em 31.12.2019
Cível	111	31.070
Ambiental	18	98.177
Trabalhistas	44	6.643
Tributário	20	40.647
Total	193	176.537

Abaixo as principais causas:

Cível

- a) Ação de indenização por danos morais e estéticos com pedido de Tutela Antecipada por acidente ferroviário. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 725 (R\$ 1.365 em 31 de dezembro de 2018).
- b) Ação de anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 2.367 (R\$ 2.311 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Ação de cobrança, relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio Railnet (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 2.351 (R\$ 2.263 em 31 de dezembro de 2018).

Ambiental

- a) Auto de infração ambiental, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 3.948 (R\$ 3.840 em 31 de dezembro de 2018).
- b) Execução fiscal 0813869-09.2016.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração lavrado pela Autarquia Ambiental face o derramamento de óleo ou substâncias oleosas em virtude de tombamento de vagões tanque. Ação Anulatória 0024624-74.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 36.030 (R\$ 28.185 em 31 de dezembro de 2018).
- c) Processo administrativo nº 02012000341201302 decorrente do Auto de Infração ambiental nº 9076948/E, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas - 30.000 l de gasolina, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 24.929 (R\$ 22.189 em 31 de dezembro de 2018).

- d) Execução fiscal 0810933-74.2017.4.05.8100 proposta pelo IBAMA em razão de Auto de Infração nº 682.679-D lavrado pela Autarquia Ambiental em virtude de tombamento de vagão carregado com óleo diesel no Km 293 da ferrovia. Ação Anulatória 0000418-93.2016.4.01.3400 ajuizada antes da Execução Fiscal. Estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 32.969 (R\$ 32.969 em 31 de dezembro de 2018).

Trabalhista

- a) Ação de indenização, na esfera trabalhista, visa indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho. A estimativa da perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 1.379. (R\$ 2.659 em 31 de dezembro de 2018).

Tributário

- a) Ação na esfera tributária, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 4.400 (R\$ 4.224 em 31 de dezembro de 2018).
- b) Auto de infração lavrado pela Receita Federal diante da cisão ocorrida em 27/12/2013 entre a TLSA e FTL. Em virtude do Auto de Infração, originou-se o Proc. Adm. nº 10380.726843/2017-12, no qual a União requereu a cobrança de diferença de recolhimento de PIS/PASEP e COFINS. De acordo com Auto de Infração, houve apropriação indevida de crédito, insuficiência de recolhimento de PIS e COFINS, falta de escrituração, referentes ao período de janeiro de 2012 a dezembro de 2013. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 30.599 (R\$ 30.483 em 31 de dezembro de 2018).

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações com pessoal	8.078	9.049
Reembolsos de despesas RFFSA (a)	1.533	1.533
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	3.114	3.400
Outros	391	1.013
Total	13.116	14.995
Circulante	11.583	13.462
Não circulante	1.533	1.533

(a) Saldo de serviços a serem reembolsados à RFFSA.

(b) Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

Encontra-se registrado o parcelamento realizado junto à ANTT, referente aos royalties sobre receitas alternativas obtidas em exercícios anteriores, as amortizações foram finalizadas em junho de 2019.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social, subscrito e integralizado no montante de R\$ 492.101 (R\$ 464.431 em 31 dezembro de 2018) estão compostos conforme abaixo:

	Quantidade de ações Ordinárias		
	31/12/2018	Adições	31/12/2019
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	442.672.357	43.920.473	486.592.830
Taquari Participações S.A.	40.145.014	-	40.145.014
Total	482.817.371	43.920.473	526.737.844

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações nominativas, sem valor nominal.

Em 13 de novembro de 2019, a Companhia aumentou o capital social em R\$ 27.670 (utilizando recursos de AFAC), mediante a emissão de 43.920.473 (quarenta e três milhões novecentos e vinte mil e quatrocentos e setenta e três) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 0,63 por ação, correspondente ao valor patrimonial líquido de cada ação, que foram totalmente subscritas e integralizadas pelo acionista Companhia Siderúrgica Nacional.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei Nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 30 de setembro de 2018, conforme o quadro abaixo:

Prejuízo básico/diluído por ação	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do exercício	(57.072)	(39.124)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	488.593.214	464.000.872
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	(0,1168)	(0,0843)

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, por não haver instrumentos antidiluidores.

18. RECEITA DE SERVIÇOS – LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receita bruta</u>		
Receita de serviços de transportes	98.318	99.245
Receita com direito de passagem	54.790	47.774
Receita com gestão patrimonial	5.128	6.097
Total da receita bruta	<u>158.236</u>	<u>153.116</u>
<u>Deduções da receita bruta</u>		
ICMS	(10.732)	(10.762)
PIS	(2.666)	(2.527)
COFINS	(12.281)	(11.640)
ISS	(3.332)	(2.821)
INSS	-	(1.522)
Deduções e abatimentos	<u>(780)</u>	<u>(480)</u>
	<u>(29.791)</u>	<u>(29.752)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>128.445</u>	<u>123.364</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

Clientes	31/12/2019	%	31/12/2018	%
Maior cliente	45.137	29	39.484	26
2º e 3º maiores clientes	36.412	23	33.948	22
Outros	<u>76.687</u>	<u>48</u>	<u>79.684</u>	<u>52</u>
Total	<u>158.236</u>	<u>100</u>	<u>153.116</u>	<u>100</u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Custos</u>		
Folha de pagamento	(51.929)	(46.066)
Material	(29.734)	(28.415)
Serviço	(18.179)	(19.867)
Depreciação e amortização	<u>(42.312)</u>	<u>(31.709)</u>
Total dos custos	<u>(142.154)</u>	<u>(126.057)</u>
<u>Despesas administrativas e gerais</u>		
Folha de pagamento	(3.156)	(3.233)
Material	(198)	(100)
Serviço	(11.578)	(10.213)
Depreciação e amortização	<u>(1.926)</u>	<u>(1.919)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(16.858)</u>	<u>(15.465)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Folha de pagamento	(1.094)	(1.076)
Serviço	(140)	(144)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(129)	(2.574)
Depreciação e amortização	<u>(35)</u>	<u>(34)</u>
Total das despesas com vendas	<u>(1.398)</u>	<u>(3.828)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Provisão para riscos	(8.495)	(3.696)
Custos de ociosidade	(2.423)	(4.269)
Depreciação e amortização de bens ociosos	(4.324)	(4.404)
Outros	<u>(4.241)</u>	<u>(1.179)</u>
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(19.483)</u>	<u>(13.548)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas	6.926	9.809
Outros	<u>867</u>	<u>756</u>
	<u>7.793</u>	<u>10.565</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos e mútuos	(3.365)	(2.623)
Juros sobre arrendamento	(4.609)	(6.597)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(369)	(556)
Comissões de fianças bancárias	(1.092)	(1.770)
Outros	<u>(3.982)</u>	<u>(2.609)</u>
	<u>(13.417)</u>	<u>(14.155)</u>
Resultado financeiro	<u>(5.624)</u>	<u>(3.590)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

Ativos financeiros	31/12/2019					
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a receber (nota 5)	10.014	7.676	-	-	-	2.338
Partes relacionadas - Mútuo (nota 9)	<u>101.551</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.551</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>111.565</u>	<u>7.676</u>	<u>-</u>	<u>101.551</u>	<u>-</u>	<u>2.338</u>
Passivos financeiros	31/12/2019					
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	6.903	3.775	3.128	-	-	-
Partes relacionadas - Mútuo (nota 9)	<u>97.352</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>97.352</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>21.864</u>	<u>18.657</u>	<u>1.674</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.533</u>
Total	<u>126.119</u>	<u>22.432</u>	<u>4.802</u>	<u>97.352</u>	<u>-</u>	<u>1.533</u>

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2019 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é substancialmente próximo do valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 21 (a).

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo e aplicações financeiras atreladas a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	31/12/2019	31/12/2018
Ativos em SELIC	-	14.500
Ativos em 96,87% do CDI	19.271	5.532
Ativos em 109,53% do CDI	101.551	118.321
Passivos em 130% do CDI	97.352	-
Passivos em TJLP	6.903	23.789

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 109,53% do CDI à taxa de 6,53% a.a., com 130% do CDI à taxa de 7,79% a.a., com 96,87% do CDI à taxa de 5,75% a.a. e TJLP à taxa de 6,20% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	6.903	TJLP a 6,20%	TJLP a 4,65%	TJLP a 3,10%
Despesa financeira		(428)	(321)	(214)
Empréstimo em CDI em 130%	97.352	TJLP a 7,79%	TJLP a 5,84%	TJLP a 3,90%
Despesa financeira		(7.584)	(5.685)	(3.797)
Valores a receber em 109,53% CDI	101.551	CDI a 6,53%	CDI a 8,16%	CDI a 9,80%
Receita financeira		6.631	8.287	9.952
Aplicações financeiras em 96,87% CDI	19.271	CDI a 5,75%	CDI a 7,19%	CDI a 8,63%
Receita financeira		1.108	1.386	1.663
<u>Variação negativa</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	6.903	TJLP a 6,20%	TJLP a 7,75%	TJLP a 9,30%
Despesa financeira		(428)	(535)	(642)
Empréstimo em CDI em 130%	97.352	TJLP a 7,79%	TJLP a 9,74%	TJLP a 11,69%
Despesa financeira		(7.584)	(9.482)	(11.380)
Valores a receber em 109,53% CDI	101.551	CDI a 6,53%	CDI a 4,90%	CDI a 3,27%
Receita financeira		6.631	4.976	3.321
Aplicações financeiras em 96,87% CDI	19.271	CDI a 5,75%	CDI a 4,31%	CDI a 2,88%
Receita financeira		1.108	831	555

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2019, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 25.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 31 de março de 2019 a 31 de março de 2020, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até 31 de março de 2020 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 2.000, com vigência até 31 de março de 2020.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	(3.315)	(4.232)
Integralização de AFAC	27.670	33.633
Compensação entre contas a receber e contas a pagar - partes relacionadas	(1.705)	-
Compensação de partes relacionadas a pagar com mútuos a receber	(21.996)	-
Provisões para fornecedores - Imobilizado	6.462	5.690
Direito de uso	71.965	-

* * * * *

Jorge Luiz de Mello
Diretor Presidente

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Marcelo Bezerra Duarte
CRC CE nº 026498/O-7
Contador Responsável